

RICARDO VIEGAS D'ABREU MINISTRO DOS TRANSPORTES DE ANGOLA

UE demonstra “maior sensibilidade para as prioridades africanas”

O Governo de Angola “não exclui nenhum parceiro” na sua política de relações internacionais, garante o ministro dos Transportes, Ricardo Viegas d'Abreu.

CELSE FILIPE
cfilipe@negocios.pt

Ricardo Viegas d'Abreu vai marcar presença na 8.ª edição do Eur-African Forum 2025, que decorrerá entre 25 e 26 de julho na Universidade Nova SBE, em Carcavelos, uma iniciativa organizada pela Diáspora Portuguesa.

O ministro dos Transportes integra a comitiva oficial de Angola, liderada pelo Presidente da República, João Lourenço. O Eur-African Forum é uma plataforma de contacto internacional e “softpower”, orientada para o diálogo e colaboração pública e privada entre a Europa e África.

Ricardo Viegas d'Abreu, em entrevista por escrito ao Negócios, garante que “Angola não exclui nenhum parceiro”.

O que espera deste Euro-African Forum?

Esperamos que este Fórum contribua para reforçar a cooperação efectiva, promover oportunidades de investimento estruturante e consolidar um relacionamento político e económico mais equilibrado entre os dois continentes.

Verificou-se, ou não, uma mudança de comportamento da União Europeia em relação à África em geral e Angola em particular? Em que sentido?

Sim, particularmente nos últimos anos. Esta evolução traduz-se numa maior abertura ao investimento directo, numa crescente valorização do sector privado e numa aposta em projetos com impacto transformador e de impacto transnacional. O lançamento da iniciativa Global Gateway, que inclui apoio técnico e financeiro ao Corredor do Lobito, assim como a iniciativa Italiana Plano Mattei, e a entrada em vigor do Acordo de Facilitação de Investimento Sustentável entre Angola e a União Europeia, são sinais concretos desta mudança. A Europa demonstra, hoje, uma maior sensibilidade para as prioridades africanas e para a necessidade de relações mais simétricas e menos centradas na ajuda tradicional.

Em matéria de cooperação e investimento com Angola, como é que a Europa se compara com os Estados Unidos e a China? Quais as vantagens e desvantagens?

As abordagens são distintas, mas todas relevantes e com impacto positivo em Angola e no

seu desenvolvimento. Com os Estados Unidos a cooperação tem ganhado expressão com o envolvimento da Development Finance Corporation (DFC), particularmente no financiamento ao Corredor do Lobito. Embora esse financiamento esteja em fase terminal de conclusão, o compromisso político e técnico é claro. A vantagem dos Estados Unidos está na capacidade de mobilizar financiamento relevante para projetos estratégicos, embora o tempo necessário para concluir os processos de análise e aprovação seja mais prolongado. A União Europeia, por seu turno, tem apostado numa abordagem institucional e estruturada, focada no investimento sustentável, formação técnica e melhoria do ambiente de negócios. O Acordo de Facilitação de Investimento com Angola, já em vigor, reflete esse caminho. A principal vantagem europeia é a previsibilidade e o alinhamento com as boas práticas de governação e sustentabilidade. Já a China tem sido um parceiro relevante, sobretudo em infra-

estruturas e construção, atuando com grande capacidade de execução. Com vista a otimizar estas mais-valias significativas, Angola tem trabalhado conjuntamente com este país para equilibrar as parcerias em curso e as futuras, privilegiando modelos mais sustentáveis e diversificados. Duas notas por demais importantes, a primeira que Angola não exclui nenhum parceiro. O que procura são relações assentes na seriedade, transparência e benefício mútuo. A segunda é que procuramos, com estes compromissos políticos, assegurar mecanismos que garantam ao sector privado as condições de atratividade para investimento, por via das PPP ou outros mecanismos. Trata-se de encontrarmos mecanismos de reduzir a perceção de riscos dos investimentos em África e em particular em Angola.

Tem sublinhado que Angola não quer ajudas, mas sim parcerias e investimento. Como é que materializa esta intenção?

Um bom exemplo é o Corredor do Lobito, onde o Estado lançou uma concessão internacional, atribuída a um consórcio privado com provas dadas. O modelo é claro: o Estado regula e fiscaliza, e o parceiro privado assume o investimento, a gestão e o risco. Esta lógica aplica-se a outros setores. O que Angola pretende é atrair investimento directo que crie valor, fomente a criação de emprego, desenvolva capacidades

locais e contribua para o crescimento económico. O tempo das ajudas sem impacto passou. O presente e o futuro assentam em parcerias responsáveis. Mas sentimos ainda a tal lógica da perceção de risco prevaiente, embora com todo o rigor. Angola e África no geral, tem sabido honrar todos os seus compromissos financeiros internacionais. ■



“O que se procura são relações assentes na transparência, seriedade e benefício mútuo.”

“O tempo das ajudas sem impacto passou. O futuro assenta em parcerias.”

Ligar o mercado de Angola a Portugal “é uma realidade cada vez menos certa”

O ministro dos Transportes de Angola diz que Portugal tem vantagens comparativas em relação a outros países, mas avisa que estas, sozinhos, já não chegam. Hoje, a lógica de mercado tem de assegurar mais coisas certas e mutuamente vantajosas”, sublinha Ricardo Viegas d'Abreu. Questionado sobre o atraso norte-americano no financiamento ao Corredor do Lobito, o governo garante que “não há razão para alarme”.

Portugal é uma economia pequena face a outros países europeus. Isto significa que as hipóteses de investimento das empresas portuguesas em Angola são cada vez menores? Porque?

A dimensão da economia portuguesa não é, por si só, um entrave. O que conta é a capacidade técnica, a experiência, a solidez das propostas e o compromisso de fazer acontecer. As empresas portuguesas continuam ativas em Angola, nalgumas áreas em parceria com entidades internacionais. No entanto, é inequívoco o ambiente competitivo e se alarga. Angola é hoje um destino disputado por empresas de vários continentes. Para continuarem relevantes, as empresas portuguesas devem apostar na especialização, na inovação e em parcerias estratégicas. Com isso quero dizer que a lógica de que o mercado de Angola é naturalmente ligado a Portugal é uma realidade cada vez menos certa. Mas temos que reconhecer obviamente as vantagens comparativas de Portugal em relação ao resto do Mundo, pela ligação histórica, cultural e afetiva, mas essa lógica tem de assegurar hoje mais coisas certas e mutuamente vantajosas.

“Angola é hoje um destino disputado por empresas de vários continentes.”

“A UE nunca foi encarada como alternativa ao DFC no financiamento do Corredor do Lobito.”

Como estão as relações institucionais entre Angola e Portugal?

As relações institucionais são sólidas e baseadas no respeito mútuo. Existem canais diplomáticos abertos, diálogo constante e cooperação em múltiplas áreas. No sector dos transportes, por exemplo, há participação de empresas portuguesas em projetos estruturantes, e temos mantido um diálogo técnico construtivo com as autoridades portuguesas nos diferentes domínios. A presença de Portugal em plataformas multilaterais, como a Team Europe, reforça a cooperação com Angola no quadro europeu mais alargado.

Os norte-americanos da DFC (International Development Finance Corporation) tardam em aprovar o financiamento ao Corredor do Lobito. Está preocupado com a situação? Há alternativas?

O processo de financiamento por parte da DFC está em curso, com o diálogo técnico regular entre as partes envolvidas. Não há razão para alarme. Trata-se de um processo complexo, como é natural em financiamentos desta natureza e dimensão, que não tardará. ■

ção, que exija a consolidação de garantias de retorno e a verificação de conformidade. Trata-se do maior financiamento desta organização no continente africano a uma entidade privada, numa lógica total de financiamento de projeto. O consórcio privado responsável pela concessão está a trabalhar, tem capacidade financeira própria e já realizou investimentos significativos. Angola está a construir um modelo baseado em parcerias credíveis, e trabalhou com todos os países e instituições que efetivamente contribuíram para o seu desenvolvimento. A União Europeia, importa esclarecer, nunca foi equacionada no financiamento deste projeto como alternativa à DFC. O papel europeu é complementar, sobretudo no apoio técnico, na formação, na melhoria do ambiente de negócios e fundamentalmente na dinamização de infraestruturas logísticas de suporte a outras atividades, endereçando os desafios da segurança alimentar e segurança energética. O financiamento da DFC será fechado assim que estejam reunidas as condições de segurança financeira que o projeto desta natureza exige em qualquer parte do mundo, o que não tardará. ■